



## DESEMPENHO DE ESTUDANTES EM AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA E AS INTERSECÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO BÁSICA

Rosane Toebe ZEN (UEMS)<sup>1\*</sup>

**RESUMO:** O presente artigo é um recorte de uma tese de doutorado, onde foram exploradas e compreendidas as estreitas relações que se estabelecem entre currículo, avaliações em larga escala e condições de trabalho docente. Para este texto, recortou-se o tema das possibilidades de contribuição do ensino superior e na melhora dos índices educacionais da educação básica. O estudo pauta-se na defesa da sólida formação inicial – encontrada de forma específica na universidade pública – e das ações de formação continuada promovidas por projetos de extensão universitária como elementos que contribuem no desempenho de estudantes em avaliações em larga escala. O objetivo, portanto, consiste em compreender o papel que vem sendo cumprido pela universidade na formação inicial e continuada de professores, e suas relações com os resultados educacionais apresentados por estudantes de escolas públicas. A pesquisa é de natureza qualitativa (MINAYO, 2004), e contou com levantamento bibliográfico, documental e de campo. Para alcançar o objetivo proposto, buscou-se realizar uma recuperação histórica do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, compreendendo-a como política pública que nasce como proposta de avaliação diagnóstica. Porém, desde os anos 1990, o SAEB vem assumindo cada vez mais o papel de responsabilizar escolas, professores e alunos pelo desempenho alcançado. O estudo apresenta ainda algumas contribuições das profissionais entrevistadas. Apoiando a análise em teoria crítica, observa-se que a formação inicial de professores em nível universitário e a promoção de ações de extensão universitária são indispensáveis para melhorar a qualidade do ensino oferecido nas escolas, e por conseguinte, melhorar os índices. Conclui-se que as intersecções entre universidade e escola não se consolidam como práticas recorrentes, mas como estratégias esporádicas, uma vez que o poder público acata com prioridade as recomendações de organismos multilaterais que insistem na privatização do ensino superior e entendem que esse serviço deve ser lançado às mãos do mercado.

**Palavras-chave:** Ideb. Formação Inicial e Continuada de Professores. Qualidade da Educação.

<sup>1\*</sup> Doutora em Educação pela UFSCar. Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Unidade de Maracaju (rosane.zen@uems.br).



## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

### Introdução

O presente artigo tem como objetivos analisar as intersecções entre a educação básica e o ensino superior a partir de dados levantados em uma pesquisa de doutorado em que foram investigadas as relações entre o desempenho de estudantes nas avaliações em larga escala, a formação de professores e a atuação da universidade na formação inicial e na promoção de formação continuada de professores.

A pesquisa foi defendida como tese de doutorado em 2018, sob o título “Implicações da Prova Brasil no Trabalho de Professores da Rede de Ensino de Cascavel-PR: contradições entre as exigências das avaliações em larga escala e o currículo municipal”, e constatou que o trabalho docente, quando realizado por profissionais que possuem sólida formação inicial e continuada, realizam junto aos estudantes um trabalho que repercute em melhores notas nas avaliações em larga escala<sup>2</sup>.

A investigação caracteriza-se como qualitativa (MINAYO, 2004) e contou com pesquisa bibliográfica, documental e de campo, através da realização de entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑOS, 1987) a dezoito profissionais da Rede de Ensino de Cascavel-PR, bem como, a uma representante sindical da categoria. As entrevistas ocorrem no segundo semestre de 2016<sup>3</sup>.

O presente texto está organizado em cinco seções. A primeira delas consiste nesta introdução, em que se delimita o tema do artigo.

A seguir, apresenta-se uma retrospectiva histórica das avaliações em larga escala no Brasil, verificando-se que, num primeiro momento, elas ocorreram como projetos temporários, depois se institucionalizaram na forma de um Sistema e, atualmente, se consolidou como o mais difundido e socialmente aceito mecanismo de aferição da qualidade educacional no país.

<sup>2</sup> Até 2018, quando a tese foi defendida, estudantes de 5º ano de escolas públicas e particulares realizavam bianualmente a Avaliação Nacional de Rendimento Escolar - ANRESC, popularmente conhecida como “Prova Brasil”. Em 2019 a denominação desta avaliação mudou para “Prova Saeb”.

<sup>3</sup> A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, conforme Parecer Consubstanciado do CEP nº 1.769.725, de 10 de outubro de 2016. Plataforma Brasil – Universidade Federal de São Carlos.



## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

Na terceira seção são explorados dados coletados na pesquisa de doutorado, de cujas análises são identificadas relações entre o ensino superior, a formação inicial e continuada de professores, e o desempenho escolar de estudantes em avaliações em larga escala.

O texto é finalizado com as considerações finais, em que se evidencia o contrassenso marcado pelas exigências por desempenho escolar de estudantes de escolas públicas e o descomprometimento manifesto pelo poder público em fortalecer o ensino superior, sob a justificativa da prioridade em investir em políticas de educação básica.

### As Avaliações em Larga Escala no Brasil

Antes de tratarmos de forma mais específica das intersecções entre o desempenho de estudantes em avaliações em larga escala e o trabalho desenvolvido em uma universidade no propósito de oferecer formação inicial e continuada a professores da educação básica, nessa seção será realizada uma recuperação histórica, a fim de se caracterizar a importância que as notas divulgadas pelo poder público (na forma do IDEB) ocupam na aferição da qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas.

As primeiras experiências de avaliação em larga escala aconteceram no Brasil na década de 1980. A primeira delas ocorreu nos anos 1981, 1983 e 1985, por meio de aplicação provas a estudantes de 2ª e 3ª séries nos estados do Ceará, Piauí e Pernambuco, com o objetivo de conhecer o desempenho de alunos nas disciplinas de língua portuguesa e matemática (FIGUEIREDO, 2009; SANTANA; RHOTEN, 2013).

O propósito, à época, consistia em identificar os resultados da implementação do Programa de Expansão e Melhoria da Educação Rural do Nordeste I (EDURURAL). O EDURURAL foi um programa desenvolvido dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento III, visando atender aos segmentos prioritários (como populações carentes). O desenvolvimento desta política foi concebido a partir de um discurso que acenava no sentido da eliminação da pobreza, e, conseqüentemente, na superação das desigualdades sociais (SOUZA, 2001).





## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

Já se fazia presente no EDURURAL a noção de que as avaliações servem para medir o grau de eficácia dos recursos que são investidos em educação, considerando-se que este projeto foi desenvolvido a partir de empréstimos concedidos pelo Banco Mundial, que não descuidou de acompanhar o desenvolvimento das atividades financiadas, zelando, inclusive, pelo material didático pedagógico utilizado, o qual foi adotado após a aprovação do Banco Mundial (SOUZA, 2001).

Outra experiência avaliativa ocorreu entre os anos de 1987 e 1989: a Avaliação do rendimento de alunos de Escolas de 1º. Grau da Rede Pública – SAEP. Este sistema contou com a participação de agentes escolares de escolas públicas no anseio de definir os programas mínimos a serem exigidos, os objetivos, o ensino e os livros didáticos adotados em escolas da educação básica (SANTANA; RHOTEN, 2013).

De acordo com Freitas (2007), o SAEP se caracterizou por uma avaliação diagnóstica, no sentido de produzir informações sobre as áreas educacionais que necessitavam de intervenções, a fim de melhorar o processo de aprendizagem. As avaliações eram realizadas por meio de amostras de escolas, alunos e professores. As primeiras experiências de avaliação de estudantes por meio de provas não se constituíram, de imediato, como uma política pública de avaliação. Mesmo assim, elas foram fundamentais para que ela viesse a ser formulada, o que só veio a ocorrer de forma mais efetiva na década de 1990.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a educação é instituída como um direito de todos, pautado na igualdade de condições de acesso. A legislação indica, pela primeira vez, a necessidade de garantir o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a garantia do padrão de qualidade (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal abre, também, precedentes para a criação dos sistemas de avaliação, pois a mensuração desta qualidade requer a criação de instrumentos que a viabilizassem.

De acordo com a autora Freitas (2007), no período entre 1988 e 2002 foram instituídas medidas que exerceram fundamental importância para a implementação e a legitimação das avaliações educacionais em larga escala no país. A consolidação



## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

da avaliação como instrumento de regulação da educação básica foi possível graças a mudanças na estrutura administrativa do MEC que resultaram, dentre outras ações, na transformação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP em órgão autônomo, responsável pela avaliação e pela divulgação dos resultados.

A criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB foi oficializada por meio da Portaria nº 1.795, de 27 de dezembro de 1994 - antes mesmo da aprovação da LDB (CARVALHO; SANTOS, 2016).

Depois de aprovada, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 estabeleceu como competência da União “avaliar o rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior” (BRASIL, 1996, p. 04). Por sua vez, o primeiro Plano Nacional de Educação (aprovado em 2001) determinou à União instituir o Sistema Nacional de Avaliação (BRASIL, 2001, p.1).

As avaliações ocorridas no Brasil até o ano de 1995 eram amostrais e visavam oferecer um diagnóstico da educação brasileira. Depois de 1995, atendendo às demandas da Reforma Gerencial do Estado, foram observadas mudanças na concepção de avaliação do ensino nos diferentes níveis, correspondendo ao que Afonso (1997) denomina de Estado Avaliador.

Dentre as mudanças introduzidas, três foram bastante significativas: a adoção da Teoria de Resposta ao Item – TRI como fundamentação para os instrumentos de avaliação; a determinação de que os exames sejam realizados com os alunos do último ano de cada ciclo; e a ampliação dos participantes das provas, que passou a ser censitária.

A partir de 1997, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o SAEB passou a utilizá-los como referência para produzir a sua matriz de avaliação, o que revela o recrudescimento do papel assumido pelo Estado como avaliador, ao definir para as escolas o que cairá na prova, e logo, demandando da priorização do ensino de alguns conteúdos - ou de matérias - objetivando o bom desempenho nas provas.

A criação da Prova Brasil, em 2005, agrega à perspectiva diagnóstica também o caráter de responsabilização. A avaliação de caráter censitário permite que os resultados de estados, municípios, escolas e turmas possam ser comparados. A





## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

partir de 2006, os resultados da Prova Brasil passaram a ser divulgados. Enquanto nas páginas oficiais era enfatizada a novidade sobre poder devolver os resultados obtidos por cada escola, a mídia se ocupou da divulgação dos rankings, destinando atenção especial às unidades que obtiveram os piores e os melhores desempenhos (BONAMINO; SOUZA, 2012).

Ainda na esteira da regulamentação dos processos de avaliação da educação básica no Brasil, foi lançado, em 24 de abril de 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. No bojo do PDE, é criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, em uma ação conjunta entre governo federal, sociedade (representada mais especificamente pelo Compromisso Todos pela Educação) e o organismo internacional Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

O PDE atrela a avaliação à responsabilidade, estabelecendo “inéditas conexões entre avaliação, financiamento e gestão, que invocam conceito até agora ausente do nosso sistema educacional: a responsabilização e, como decorrência, a mobilização social” (BRASIL, 2007, p.19).

Desde então, a repercussão das notas do IDEB tem feito com que os profissionais das escolas assumam a culpa e sejam responsabilizados pelos resultados que a escola alcança nos exames avaliativos. Por outro lado, o poder público não toma os resultados insatisfatórios como orientação para a adoção de medidas que visem a melhoria do ensino (ZEN, 2018).

Considerando esses fatores, ganha importância a questão da formação inicial e continuada de professores como elemento basilar do exercício da atividade docente. Para um projeto educacional que se caracterize pela qualidade, o trabalho docente requer o domínio de saberes específicos, constituindo-se na forma do saber crítico contextual, dos saberes pedagógicos e dos saberes didático-curriculares (SAVIANI, 2016).

Na esteira desse propósito, ainda que remando na contramão das políticas oficiais de educação, as quais têm relegado cada vez mais a formação inicial e continuada de professores aos ditames do mercado e do empresariado educacional, a pesquisa de doutorado revelou que as parcerias entre a educação básica e o ensino superior podem resultar no fortalecimento das instituições e colher como





## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

frutos melhores resultados educacionais, incluindo-se entre eles, os alcançados no IDEB.

### **Na contramão da meritocracia, intersecções entre Ensino Superior e Educação Básica por melhor desempenho de estudantes**

A pesquisa de doutorado intitulada “Implicações da Prova Brasil no trabalho professores da rede de ensino de Cascavel-PR: contradições entre as exigências das avaliações em larga escala e o currículo municipal”, revelou em linhas gerais, que as avaliações em larga escala promovem um ethos de competitividade entre as escolas e a responsabilização (de profissionais da escola, os próprios alunos, ou a comunidade escolar) pelo desempenho dos estudantes alcançado nas provas.

Essas informações já haviam se consolidado em pesquisas anteriores (FREITAS, 2011; RAVITCH, 2011), de modo que a presente tese, por meio dos dados evidenciados, corroborou com teorias que já vinham sendo difundidas no meio acadêmico. No entanto, informações inéditas também foram coletadas, dentre elas, as que estabelecem estreitas relações entre o trabalho desenvolvido na universidade e na educação básica, quando se analisam as notas alcançadas por estudantes nas avaliações em larga escala.

Professores formados em instituições particulares, sobretudo em cursos a distância, acabam desenvolvendo um trabalho que é considerado insuficiente nas avaliações de desempenho que são realizadas durante o período do estágio probatório. De acordo com informações prestadas pela representante do Sindicato dos Professores Municipais de Cascavel – Siprovel:

[...] estamos colhendo os resultados da inserção da formação dessas universidades privadas e do ensino a distância: as pessoas formadas por essas instituições estão ingressando no município. E o que está acontecendo? No estágio probatório, algumas pessoas estão tirando 35, 40, 50, não estão atingindo 60 [...] tem casos de professores que não sabiam que nas escolas se faz conselho de classe (Representante do Siprovel).

Quando a formação inicial não é suficiente para capacitar os profissionais ao exercício profissional, desejar ia-se que essa tarefa fosse assumida pela Secretaria Municipal de Educação, através de cursos de formação continuada.





## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

Porém, a pesquisa indicou que entre os anos de 2011 e 2016 houve um arrefecimento da oferta de cursos de formação continuada, e, mesmo quando cursos foram oferecidos, eles não chegaram a atingir a carga horária mínima necessária ao avanço na carreira (40 horas por ano).

De forma autônoma, nas instituições em que foi realizada a pesquisa de campo, evidenciou-se uma busca por formação continuada por meio da articulação direta da escola com a universidade, sem a participação da Secretaria Municipal de Educação.

Em uma das escolas (que será denominada de Escola E), observou-se que a formação continuada contribuiu, de forma específica, para o bom desempenho dos estudantes nas provas que compõe o IDEB, pois os profissionais da escola participaram de um trabalho de extensão, que teve como tema os descritores da Prova Brasil em língua portuguesa. A professora que atuou nesta escola com alunos de 5º ano na época da coleta de dados observou que:

há tanto tempo que eu estou trabalhando com o quinto ano e eu não sabia exatamente o que era o descritor que aparece na Prova Brasil. Esse curso foi na UNIOESTE, e era de língua portuguesa, específico para a Prova Brasil. [...] O curso foi excelente não só para a Prova Brasil, mas para trabalhar com a produção textual e com os gêneros textuais [...] se você trabalha daquela forma como eles ensinaram no curso, o aluno vai aprender e o aluno vai se dar bem na Prova Brasil. Mas no sentido de que o aluno vai entender e compreender, não só para a Prova Brasil (PROFESSORA E).

Quando essa vinculação se estabelece com o objetivo de assegurar uma formação docente de qualidade (quer seja inicial, ou continuada), esse trabalho tende a resultar em um melhor desempenho alcançado por estudantes, mesmo que a proposta de trabalho escolar se distancie do neotecnicismo<sup>4</sup>.

### Considerações Finais

<sup>4</sup> Para o neotecnicismo, a educação somente pode melhorar por adição de tecnologia e aumento de controle – sobre diretores, professores e alunos – via avaliação de “standards” internacionais de desempenho, responsabilização e técnicas de pagamento por meritocracia combinadas com privatização.





## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

O estudo revelou, entre outros aspectos, a importância da valorização do ensino superior, principalmente do oferecido em instituições públicas, para a formação de professores para a atuação na Educação Básica, ao evidenciar que os profissionais que obtiveram sua formação nessas instituições apresentam melhor entendimento sobre o *modus operandi* das avaliações em larga escala e que também são mais efetivos na busca por estratégias para que os alunos possam melhorar seu desempenho, através de ações, como por exemplo, redobrar os esforços no processo de alfabetização de estudantes.

Por outro lado, o estudo também explicita a predominância do ensino superior privado na assunção da tarefa de formar professores para a Rede. Todas as professoras entrevistadas concluíram o curso de graduação em instituições particulares, e algumas, inclusive, se graduaram na modalidade EaD.

Nas últimas décadas, em especial, nos últimos quatro anos, observou-se no âmbito da política educacional nacional, um esforço no sentido de cindir Educação Básica do Ensino Superior, sob o argumento de que o atendimento educacional oferecido a crianças e adolescentes deve ser tomado como prioridade para melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos.

Essa análise está ancorada em recomendações, tais como a do Banco Mundial (WORLD BANK, 2017), segundo o qual, o investimento público em Ensino Superior é ineficiente e obtém resultados regressivos, indicando, assim, que cada estudante financie seu curso superior através de programas como o FIES. De acordo com Sguissardi (2015), na perspectiva dos organismos multilaterais, dos quais o Brasil se caracteriza como país signatário, o ensino superior é considerado um bem mais privado que público, de modo que a subordinação de sua oferta ao mercado é recomendada.

Tem-se aqui uma receita que, provavelmente, não terá como desfecho o bom desempenho dos estudantes em avaliações externas, uma vez que conjuga a subordinação da formação inicial e continuada de professores à iniciativa privada sob as regras do mercado. Contraditoriamente, o Estado Avaliador exige, dos professores formados em instituições que oferecem seus serviços sob essa perspectiva, a realização de um trabalho suficientemente bom e condizente ao



## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

preparo dos estudantes para que alcancem boas médias nas avaliações em larga escala.

### REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Políticas públicas e avaliação educacional: para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995). Tese (Programa de pós-graduação em Educação e Psicologia) – Universidade do Minho. Braga – Portugal, 1997. 421p.

BONAMINO, Alicia; SOUZA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Senado Federal. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf?sequence=1?concurso=CFS%202%202018](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1?concurso=CFS%202%202018)>. Acesso em: 10/07/2023.

BRASIL. Lei n. 9.131 de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9131.htm)>. Acesso em: 10/07/2023.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)> Acesso em: 10/07/2023.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 10/07/2023.

BRASIL. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Ministério da Educação. Governo Federal. Lançado em 7 de outubro de 2007. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&c\\_o\\_obra=84751](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&c_o_obra=84751)> Acesso em: 10/07/2023.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. SANTOS, Rigoldi Jane Eire. Políticas de avaliações externas: ênfase nas competências cognitivas e socioemocionais. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 11, n. 3, p. 775-794, set./dez. 2016.



## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. Os Projetos financiados pelo Banco Mundial para o ensino fundamental no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1123-1138, set./dez. 2009.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **A Avaliação da Educação Básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo? In: **Seminário de Educação Brasileira**, Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, fev. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 8 ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

RAVITCH, Diane. **Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano: Como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Educação Escolar, Currículo e Sociedade: o problema da Base Comum Curricular. **Movimento: Revista de Educação**. Faculdade de Educação – programa de pós-graduação em educação. Universidade Federal Fluminense. Ano 3, n.4, p.4-54. 2016.

SANTANA, Andréa da Cunha Malheiros; ROTHEN, José Carlos. A implantação dos sistemas de avaliação: uma política pública de Estado ou de Governo? In: ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMANDO AGENDAS E AGENTES. **Anais**. p.1-25. 2013.

SOUZA, José Nicolau de. Edurural/NE e a proposta pedagógica adaptada ao meio rural: a teoria se confirma na prática? Tese (Programa de Pós-Graduação em educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN, 2001. 256 p.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou Massificação Mercantil? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WORLD BANK. 2017. A fair adjustment: efficiency and equity of public spending in Brazil: Volume I : síntese (Portuguese). Washington, D.C.: World Bank Group. Disponível em:  
<<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/Volume-I-síntese>>

ZEN, Rosane Toebe. **Implicações da Prova Brasil no trabalho de professores da Rede Pública Municipal de Cascavel-PR: contradições entre as avaliações em**







# VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

larga escala e o currículo municipal. 2018. 244f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. São Carlos, SP, 2018.

Realização Apoio

